

A RELAÇÃO ENTRE A HISTÓRIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES E O MOVIMENTO ESTUDANTIL NO SISTEMA CAPITALISTA: NOTAS INTRODUTÓRIAS

Abdemar Lima Cunha ¹
Eliomar Araújo de Sousa ²
Daniele Kelly Lima de Oliveira ³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz a temática do conceito histórico da expansão das organizações do movimento dos trabalhadores que culminaram em movimentos sociais como o movimento estudantil. Carlos Montañó e Maria Lúcia Duriguetto (2011) abordam os antecedentes das lutas dos trabalhadores que teve início em meados do século XVIII, nas quais os mesmos passam a criar novas formas de produção e de organização do trabalho, estabelecendo assim a mudança da manufatura para o período industrial.

Esse estudo é de suma importância para a formação do educador que precisa entender o mundo no qual está inserido e suas múltiplas determinações, que implicam diretamente no complexo social da educação.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O estudo foi desenvolvido com base na revisão de literatura, utilizando a pesquisa bibliográfica. É também resultado de um processo investigativo iniciado no Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR/CNPQ), sediado na Universidade Estadual Vale do Acaraú e coordenados pela professora Dra. Daniele Kelly.

Nesse caminho contamos com as leituras de pesquisadores da área como Gohn (2005), Montañó e Duriguetto (2011), Araújo (2006) e Poerner (2004), mediadas pelo debate integrador nas reuniões de pesquisa e de estudos.

DESENVOLVIMENTO

Pensando acerca das lutas dos trabalhadores e seguindo os estudos de Carlos Montañó e Maria Lúcia Duriguetto (2011), elegemos como marco histórico inicial para nossa pesquisa

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Membro do grupo de pesquisas e estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR/CNPQ)/UVA. E-mail: abdemarlima@hotmail.com;

² Pós- Graduando em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Quixeramobim. Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), pesquisador do grupo de pesquisas e estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR/CNPQ)/UVA, membro dos grupos de estudos Gramsci e a formação do educador, e do Grupo de Estudos Lutas Universitárias, Trabalho e Educação (GELUTE). E-mail: elio2015@hotmail.com

³ Professora Adjunta da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), doutora em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (PPGEB/UFC). Coordenadora do grupo de pesquisas e estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR/CNPQ). Coordenadora dos grupos de estudos Gramsci e a formação do educador (UVA), e do Grupo de Estudos Lutas Universitárias, Trabalho e Educação (GELUTE/UVA). E-mail: dankel28@yahoo.com.br

a Revolução Industrial, isso porque é a partir dela que percebemos a mudança substancial entre a forma de produção da existência humana, ou seja, do trabalho, em seu sentido ontológico, saindo do modo de produção feudal para o capitalista, regido pela exploração do trabalho via assalariamento e manutenção da divisão social em classes.

Neste momento começa uma exploração do trabalhador assalariado e as jornadas de trabalho chegavam a 16 horas, em média, deixando a maior parte do lucro com os detentores dos meios de produção. Era comum a exploração do trabalho das mulheres e das crianças, sem dispor do mínimo de higiene. A intensificação do trabalho e os altos índices de desempregados deu início a comportamentos violentos por parte dos operários que começaram a destruir as máquinas, visto que eles achavam que elas fossem as culpadas por tamanha crise, esse feito ficou conhecido como Ludismo.

Com as sucessivas conquistas das leis trabalhistas e o desenvolvimento crescente do processo de produção capitalista em outros países como Estados Unidos, França e Alemanha, desencadearam ações grevistas, o aumento do movimento sindical, despertando uma política da questão social.

As revoluções do proletariado de 1848, evidenciam uma tomada de consciência da classe e é neste momento que é escrito o Manifesto do Partido Comunista por Marx e Engels, que ficaram encarregados de divulgarem os princípios políticos do movimento dos trabalhadores. Ao longo do texto os mesmos irão descrevendo os processos do desenvolvimento do modo de produção cultuado pelo capitalismo e da nova classe que iria se tornando protagonista em alterar a ordem burguesa.

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das que existiram no passado.

Entretanto, a nossa época, à época da burguesia, caracteriza-se por simplificado o antagonismo de classe. A sociedade dividi-se cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes em confronto direto: a burguesia e o proletariado. (MARX; ENGELS, 2007, pp. 40-41).

Posteriormente os operários iniciam uma revolução contra os burgueses e unem-se para a criação de associações permanentes a fim de que possam defender seus salários e outros direitos. Algumas derrotas também foram sentidas pelos trabalhadores que lutaram na revolução proletária, causando um retrocesso no movimento por quase dez anos. E somente em meados dos anos de 1860 teve início uma grande retomada das lutas dos trabalhadores e sua organização, criando a Associação Internacional dos Trabalhadores que tomou corpo pouco antes da Primeira Guerra Mundial. A Associação Internacional dos Trabalhadores foi um órgão político formada para unir os trabalhadores da época.

O capitalismo sofreu mudanças na estrutura econômica no final do século XIX, passando do capitalismo concorrencial para o modelo de monopólio, fazendo com que se consolidasse e crescessem as organizações trabalhadoras, como por exemplo os sindicatos e partidos do tipo socialdemocrata. Ocupando cargos parlamentares, cresceu a confiança na possibilidade de mudança social sem a necessidade de ações radicais, perspectiva mais conhecida como reformismo.

Houve um crescimento do movimento sindical no Brasil a partir da segunda metade do século XIX onde formara diversas organizações de trabalhadores, responsáveis pelo movimento operário, que contava com, em torno de, 85 mil operários e ao final da República Velha se tornaria 275 mil. Um dos principais motivos para a formação desta classe trabalhadora era a que muitas seriam imigrantes e tiveram algum contato com as lutas da classe no país de origem. Isso contagiou os trabalhadores brasileiros e assim se deu a formação dos grupos sindicais.

O que mais fomentava a luta das classes eram as péssimas condições de trabalho e da própria vida da classe operária, que dispunham de longas jornadas de trabalho e nada de benefícios como hoje sabemos que existe, tais como: aposentadoria, férias, descanso semanal remunerado, salário mínimo, etc.

Esta ausência de direitos estava diretamente interligada às reivindicações dos partidos operários, dando início a Associações de Socorro e Auxílio Mútuo e as Ligas Operárias, que buscavam a todo custo reunir estes trabalhadores para que lutassem por melhorias no espaço de trabalho mas também na própria qualidade de vida e de direitos básicos. Embora sofressem algumas repressões estatais, diversas greves aconteceram neste período, especificamente entre 1917 e 1920, decorrente da grande queda de salários gerada pela crise econômica do pós-primeira guerra.

As lutas não param por aí, elas seguem no primeiro governo de Vargas, que neste período é decretada a liberdade de organização partidária. No governo de Dutra houve novas repressões aos trabalhadores. Em 1950, quando Vargas retorna ao poder e traz um discurso voltado para a grande massa de trabalhadores urbanos houve um aumento das greves por parte dos trabalhadores.

Há um momento que surgem duas novas tendências de movimento sindical que seriam os sindicalistas autênticos e os da unidade sindicalista. Os autênticos vinham com um discurso de rivalidade entre a classe trabalhadora e os patrões. Os mesmos acreditavam em um sindicato responsável por recuperar e apoiar as experiências operárias e sua luta deveria ter como objetivo a construção do socialismo, diferentemente dos metalúrgicos de São Bernardo que acreditavam em um sindicato que fosse negociador e reivindicativo. Nesse momento, inspirado no sindicalismo classista, autônomo e independente do Estado, nasce a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), que tem como base os intelectuais de esquerda, ex-militantes de organizações de esquerda clandestina e militantes do novo sindicalismo.

Surgem então os novos movimentos sociais, em cenário internacional e latino-americano semeados por uma divisão do mundo em dois blocos: o bloco socialista, que se organizava em torno de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o bloco capitalista, que estava sob o imperialismo dos EUA. Tal divisão ficara marcada com Guerra Fria.

Diversos acontecimentos se deram ao longo da história, mas o Maio Francês de 1968 foi emblemático para os movimentos sociais pois é neste momento que o movimento estudantil é inserido nos conflitos políticos e acaba se tornando o protagonista das principais manifestações sociais nos EUA, Europa e América Latina, sendo contra a intervenção norte-americana no Vietnã. Nesta ocasião acontece uma aliança entre trabalhadores e estudantes e culmina em uma greve geral que parou a França entre maio e junho de 1968. Tal movimento teve o apoio de uma parte das classes médias e ficou muito próximo de derrubar o governo do ditador general De Gaulle.

Dias (2006) assevera que o movimento estudantil não luta apenas por suas pautas imediatas, como a educação pública gratuita e de qualidade, mas durante a história percebemos que ele tem sido um foco de mobilizações sociais pela luta de direitos de todos.

Poerner (2004) nos informa que no Brasil os movimentos clandestinos, que resistiam à ditadura, tiveram seus membros presos, torturados e muitas vezes assassinados. O ano de 1968 começou com as lutas dos estudantes do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, onde os mesmos exigiam melhorias nos restaurantes e mais vagas nas universidades. Surge também a Passeata dos Cem Mil, tal marcha foi uma repressão às represálias que os estudantes vinham sofrendo, em especial o estudante Edson Luís que foi morto pelos militares, e teve uma grande mobilização popular.

O movimento estudantil com o apoio da União Nacional dos Estudantes, participou de grandes e importantes lutas no contexto político brasileiro contra o Estado Novo. A partir dos

anos de 1960 o movimento estudantil passa a se preocupar em defender a universidade pública, gratuita e de qualidade. Tal movimento vem em um crescente no país e em 1975 ressurgiu com greves e passeatas pedindo o retorno do Estado democrático de direito, pelas Diretas Já e por uma Assembleia Nacional Constituinte se mobilizando pelo impeachment do então presidente Collor. O movimento ficara conhecido com os “Caras Pintadas”.

As principais ações e manifestações do movimento estudantil foram, e continuam sendo, a luta por melhorias e gratuidade do ensino, liberdade de organização estudantil, aumentos das verbas para a educação, contra o ensino particular e o aumento exacerbado das mensalidades nas universidades privadas e tem como entidade máxima a UNE. Contudo, não podemos compreender o movimento estudantil como algo entediante. Dentro dele há diversos grupos, e pautas que se diferenciam por suas lutas. Em meados dos anos 2000 as lutas do movimento estudantil foram pautadas contra o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das universidades federais (Reuni), a corrupção nas universidades, fundações privadas e a favor do passe livre que teve início em Salvador onde estudantes e trabalhadores mais uma vez se uniram e fecharam vias públicas em protesto contra o aumento das tarifas de ônibus.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ocorreu uma onda de protestos e lutas sociais e é na América Latina que tem se percebido uma maior vitalidade. Os movimentos que surgem no contexto da adoção do neoliberalismo na América Latina foram se criando a partir da diversidade das questões econômicas e sociais produzidas na região. O que estas lutas evidenciam é que um longo período de governos neoliberais e dos níveis crescentes de exploração foram criando as condições objetivas para a mobilização política dos movimentos sociais que estão desafiando abertamente os regimes neoliberais e seus patrocinadores imperialistas, como nos diz Petras, 2002. Há ao longo de toda a história dos movimentos sociais uma parceria entre classe trabalhadora e o movimento estudantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos de forma breve a história do movimento operário, da Revolução Industrial até o advento dos chamados Novos Movimentos Sociais, verificamos que o movimento estudantil sempre esteve presente lutando não apenas por seus interesses imediatos, ao contrário, seu compromisso sempre foi para além das necessidades específicas do campo da educação. Um claro exemplo é sua participação no evento conhecido como Maio Francês em 1968, e no caso específico do Brasil, sua resistência a tempos de censura e perseguições no regime militar de 1964 a 1985.

Em virtude dos fatos mencionados, concluímos que apesar de todas as conquistas, tanto da classe operária, quanto da estudantil, há uma grande resistência por parte dos detentores do poder que resistem e lutam contra a igualdade de direitos. É válido ressaltar que as lutas não começam e nem se encerram hoje, somos reflexos de uma classe que aprendeu a resistir e por meio desta resistência alcançou o que hoje podemos chamar de direitos. É importante frisar que mesmo existindo diversas leis que nos asseguram de alguma forma, nós não podemos baixar a guarda e nos dispersarmos, principalmente perante a este governo que aí está e vai contra a classe trabalhadora e principalmente contra nós estudantes.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Movimento Estudantil. Transformação social.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Raquel Dias. **O movimento estudantil nos tempos da barbárie: a luta dos estudantes da UECE em defesa da universidade pública.** 2006, 286f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Cear, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor.** Rev. Mediações, Londrina, v.5, n.1, p.11-40, jan/jun.2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista.** São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2007.

MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento social** / Carlos Montño, Maria Lúcia Duriguetto. -3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros.** Rio de Janeiro. Booklink, 2004.